



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARCUS DAVI LEITE DE ARAÚJO

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DO BRASIL NA
GUERRA DOS FARRAPOS**

**Rio de Janeiro
2019**



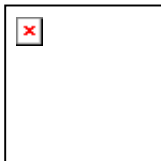
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARCUS DAVI LEITE DE ARAÚJO

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DO BRASIL NA
GUERRA DOS FARRAPOS**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEX - DESMIL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **CAP ART MARCUS DAVI LEITE DE ARAÚJO**

Título: **A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DO BRASIL NA GUERRA DOS FARRAPOS.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
DOUGLAS MACHADO MARQUES -Ten Cel Cmt Curso e Presidente da Comissão	
EDUARDO SOSTER - Maj 1º Membro	
RENAN LOPES ALCÂNTARA - Maj 2º Membro e Orientador	

MARCUS DAVI LEITE DE ARAÚJO – Cap
Aluno

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DO BRASIL NA GUERRA DOS FARRAPOS

Marcus Davi Leite de Araújo^{*}

Renan Lopes Alcântara^{**}

RESUMO

Como parte integrante de uma grande nação, o estudo de história remonta as origens históricas e os feitos de nossos antepassados na construção deste país. Com isso, cresce de importância analisar alguns fatos históricos, em especial a atuação do Exército Brasileiro na defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos. A história militar sempre foi uma disciplina atinente à formação militar, sobretudo servindo como base para que toda a doutrina seja reformulada ou consultada. No presente trabalho, a atuação do Exército Brasileiro é traçada no período em que o Exército Imperial Brasileiro conseguiu vencer a guerra, período este em que o Exército era comandado por Duque de Caxias, líder militar cujo emprego tático e estratégico destacado serviu para além de vencer a guerra, ser reverenciado pelo povo gaúcho. Analisar a história é, sobretudo, além de ser uma oportunidade de se orgulhar dos grandes feitos do passado, uma maneira de mensurar o tamanho dos problemas que nossos antepassados enfrentaram e como passaram por todas essas crises, resgatando assim os ensinamentos para que não fiquem soterrados na era da informação.

Palavras-chave: história, militar, Farrapos, problemas e crise.

RESUMEN

As an integral part of a great nation, the study of history goes back to the historical origins and achievements of our ancestors in building this country. Thus, it is important to analyze some historical facts, especially the Brazilian Army's role in defending Brazil in the War of Farrapos. Military history has always been a discipline related to military formation, especially serving as the basis for all doctrine to be reformulated or consulted. In the present work, the performance of the Brazilian Army is traced in the period in which the Brazilian Imperial Army managed to win the war, during which the Army was commanded by Duque de Caxias, a military leader whose outstanding tactical and strategic employment served beyond win the war, be revered by the gaucho people. Analyzing history is, above all, besides being an opportunity to be proud of the great deeds of the past, a way to measure the size of the problems our ancestors faced and how they went through all these crises, thus rescuing the teachings so that they are not lost in the information age.

Key Words: history, military, Farrapos, problems and crisis.

^{*} Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

^{**} Major da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005, pós-graduado em ciências militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) EM 2013.

1 INTRODUÇÃO

O presente intermedia o passado e o futuro. Ao se debruçar sobre os eventos do passado e meditando sobre suas circunstâncias e consequências é que se consegue dar validade pragmática aos fatos pretéritos.

Afim de se proteger de eventuais interferências sobre o olhar crítico de pesquisador, este trabalho procurou se isolar de ideologias ou preconceito natural de qualquer mente humana inserida em trazendo fatos narrados pela historiografia nacional e conclusões a seu respeito.

O tema do presente artigo científico: A atuação do Exército Brasileiro na defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos teve como foco principal levantar os principais aspectos militares para a defesa do Brasil no contexto das ações empreendidas pelo Exército Imperial Brasileiro na campanha da Guerra dos Farrapos.

As ligações diretas dos termos pelos quais foram delimitados o tema, não conseguem sanar em expectativa multifocal a amplitude dos acontecimentos da época. As causas e consequências da Guerra dos Farrapos possuem raízes que precisam ser estudadas em sincronia para que se forme a correta unicidade dos fatos.

Atento a esses preceitos de correlação mútua dos acontecimentos, a estrutura do presente artigo cadencia de forma quase didática esta parte da história brasileira, facilitando assim o seu entendimento.

O encadeamento de ideias começa por uma síntese introdutória, na qual permite aos leigos um primeiro contato do cenário em que se instalou o início do conflito. Posteriormente, seguem-se sínteses a respeito das fases da batalha, do Exército Farroupilha e do Exército Imperial, sendo este último de forma mais pormenorizada. No fim do trabalho, além da conclusão sobre os aspectos militares evidenciados para a defesa do Brasil durante o período, foram extraídos alguns ensinamentos válidos para os militares contemporâneos.

A Guerra dos Farrapos envolveu a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e de Santa Catarina, tendo seu início em 1835, quando um grupo dos farroupilhas dispararam uma ofensiva sobre Porto Alegre e depuseram o presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga (MENDES, 2010).

Em linhas gerais, Segundo Flores (1982) e Padoin (2001), a Revolução Farroupilha teve como estopim a causa econômica e questões político-ideológicas como o liberalismo e o federalismo ligado ao direito civil.

Sobre os descontentamentos econômicos dos gaúchos a principal pauta era sobre os pesados impostos na importação de sal - necessário para a produção de charque e no comércio de mulas, favorecendo as províncias e alfândegas paulistas (ALBUQUERQUE, 2003).

Os altos impostos praticados no charque, principal alimento, e produto comercial na região, deram ampla vantagem comercial ao mesmo produto, mas de origem Cisplatina, província essa que gozava de menores custos de produção graças ao uso de mão de obra livre (ALBUQUERQUE, 2003).

Tendo em vista superar a fase de instabilidade política vivida pelo império, relacionadas aos ideais liberalistas e federalistas, bem como à disputa por influências políticas, em 1834, foi promulgado o Ato Adicional. Tal documento transformou Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas, dando às províncias mais autonomia administrativa e poder para garantir a integridade territorial, além de preservar seus interesses econômicos.

No mesmo documento de cunho descentralizador, foi reduzido o efetivo do Exército de 1ª Linha, oportunidade na qual foi criada a Guarda Nacional, ligada diretamente às necessidades das províncias, situação essa, que no caso da província gaúcha, beneficiou a participação desses mesmos militares integrando e liderando o grupo farroupilha (ALBUQUERQUE, 2003).

Os descontentamentos dos estancieros gaúchos, juntamente com a massa dos guardas nacionais da província, que em muitos casos, também eram proprietários de terra no sul do Brasil, deu o corpo necessário para o levante que agora, além de comungarem das mesmas insatisfações - pouca influência na vida política e econômica do império e problemas econômicos advindos da política de impostos – agora possuíam armas e gozavam de legitimidade junto à população, sendo este o berço da formação do Exército Farroupilha (ALBUQUERQUE, 2003).

1.1 PROBLEMA

O conflito da Guerra dos Farrapos pode ser analisado de diversos ângulos, um deles é o militar, que geralmente tem como seu autor os próprios militares. Um dos principais motivos pelos quais a história militar é frequentemente reconsultada por militares é o fato dela ter sido usada pelos generais, a partir do século XVIII, que procuravam resolver os seus questionamentos, recorrendo assim às fontes historiográficas (MACHADO, 2010).

Com a modernidade e atualização dos conteúdos, muitos fatos históricos tem sido recontados, às vezes sobre viés ideológico ou por puro rebuscamento e análise da historiografia. Apesar da existência de muitos estudos sobre o conflito central deste trabalho, a maioria é de origem civil e abordam principalmente os aspectos econômicos, políticos ou sociológicos da guerra. Nos trabalhos de origem geralmente militar, a maioria remonta do século passado, sendo esta uma das causas deste artigo (SANTOS, 2004)

Tendo em vista a importância da matéria de história militar e a necessidade de atualização e unicidade dos fatos, bem como, a defesa da historiografia nacional livre de ideologizações sobre os aspectos militares que envolveram a Guerra dos Farrapos, o presente artigo vê como objetivo geral o seguinte problema a ser solucionado: Como foi a atuação do Exército Imperial Brasileiro na defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos?

1.2 OBJETIVOS

Afim de abordar a Guerra dos Farrapos, com enfoque nos aspectos militares, o presente estudo pretende elucidar como objetivo geral de estudo a forma da atuação do Exército Imperial Brasileiro na defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo citado acima, foram formulados os seguintes objetivos específicos que permitiram um encadeamento lógico e descritivo sobre o tema em questão:

- a) Identificar os antecedentes do conflito, principalmente aqueles relacionados à formação da tropa de revoltosos;
- b) Descrever a batalha como um todo e suas fases;
- c) Identificar as principais características do Exército Farroupilha;
- d) Identificar as características do Exército Imperial Brasileiro, bem como o plano estratégico de Caxias.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

No contexto geral, o presente artigo pretende ampliar e aprofundar o arcabouço de conhecimento a respeito da história militar do Exército Brasileiro com ênfase nos aspectos militares vivenciados na Guerra dos Farrapos. No contexto

particular, o presente trabalho pode fomentar o nascimento de outras análises que contribuirão para o enriquecimento histórico.

Como contribuição e justificativa desse estudo, além da já citada importância da matéria História Militar para o público militar, este trabalho serve também como uma síntese de informações do tema em questão aos entusiastas civis, de modo que os grandes feitos do Exército Brasileiro em prol da defesa do Brasil possam ser levados ao público em geral.

Em uma pretensão secundária, o trabalho pretende conscientizar os militares da atualidade quanto às dificuldades vividas pelos combatentes desta guerra e que ajudam a mensurar, mesmo que subjetivamente, dentre outras virtudes militares, o desprendimento e patriotismo exaltados, e que em última análise, deve orientar a conduta do militar contemporâneo, apesar do cenário distinto.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista viabilizar a consecução do objetivo geral e específicos deste trabalho, este artigo enveredou seu conteúdo sob a forma de abordagem qualitativa e objetivo geral na modalidade descritiva, ou seja, é caracterizado de certos predicados mais subjetivos, porém, não menos científico, dados da análise semântica do conteúdo histórico (NEVES E DOMINGUES, 2007).

Segundo Minayo (2004), a relação dinâmica existente entre o mundo real e o sujeito são indissociáveis, ou seja, diferentemente de teses estatísticas e conclusões matemáticas, neste tipo de abordagem, sobretudo em conclusões a respeito de fatos sociais e políticos, carregam consigo, o seu fator humano o que preponderantemente lhe definem.

Ainda que o caráter subjetivo nas conclusões sejam utilizados para aglutinar fatos num mesmo contexto encadeado do tempo, foram buscados na literatura contemporânea dados históricos que embasam as informações e conclusões, o que, segundo Triviños (1987), pode ser utilizado, inclusive na abordagem qualitativa, podendo estes dados terem significados, e portanto, sujeito a interpretações.

2.1.1 REVISÃO LITERÁRIA

Conforme descrito no próprio tema deste artigo, A Atuação do Exército Imperial Brasileiro na Defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos, depreende-se do próprio objetivo geral, que devem ser levantados os aspectos militares, no âmbito da atuação do Exército Imperial Brasileiro, no conflito da Guerra dos Farrapos, delimitado por isso mesmo ao espaço físico da batalha e ao seu lastro temporal.

Para alcançar o objetivo geral supracitado, buscou-se, na sequência da pesquisa, aprofundar-se sobre os assuntos específicos que ajudam a cadenciar de forma harmônica a linha cronológica dos acontecimentos históricos. Dessa forma, a revisão de literatura buscará nas fontes especializadas o conhecimento a respeito dos antecedentes da Guerra dos Farrapos que a influenciaram. Na próxima etapa, será realizada uma identificação da batalha de uma forma geral, separando-a em fases para um melhor entendimento. Por último, já estando consolidado um entendimento prévio dos antecedentes e faseamento deste conflito, serão estudadas as características dos Exércitos envolvidos, com uma ênfase maior no Exército Imperial Brasileiro, bem como no plano estratégico de Caxias.

2.1.1 ANTECEDENTES

Para se entender melhor qualquer acontecimento histórico, o mais prudente é se verificar os antecedentes e nesse ínterim, a sociedade na qual estavam inseridos os personagens, evitando dessa forma julgamentos atuais de uma data passada, sem vínculo e desponderada.

A Guerra dos Farrapos aconteceu em um contexto muito próximo à vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil, 1808, e mais próxima ainda da nossa independência, em 1822, sendo assim, uma heresia histórica analisar este conflito de forma estanque, sem suas influências nítidas (ALMEIDA, 2013).

Ao fugir da guerra na Europa, D. João VI trouxe grande parte do aparato administrativo português, o que seria o embrião da organização administrativa e burocrática do futuro estado brasileiro.

A partir de 1808 foram instalados no Brasil diversos órgãos administrativos já existentes em Portugal, como a Mesa do Desembargo do Paço, o Erário Régio e a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, além de órgãos necessários ao desenvolvimento social e político da nova sede do Império luso, como as faculdades de medicina e um Jardim Botânico na corte. (ALMEIDA, 2013, p. 8)

O imperador ao trazer várias instituições e órgãos civis da administração imperial portuguesa, e ciente da necessidade de se manter ativa uma força militar e o controle do estado, trouxe também a aristocrática e conflitante organização militar herdada do Exército Português.

O oficialato do Exército lusitano era representado pela nobreza da sociedade conquanto que ao mesmo tempo, o grosso da tropa era formado por soldados que quando não eram mercenários estrangeiros, vinham da população mais pobre, o que futuramente, abriu precedentes de questionamentos sobre a legitimidade, quantidade e qualidade desse Exército (SOUZA, 2004).

Conforme dito nas obras de Almeida (2013) e Souza (2004), a administração burocrática e a força militar foram completamente herdadas daquela trazida pelos portugueses em 1808 que passou por um remodelamento antes de se chegar no Brasil com toda a Coroa.

Nos idos de 1762, Portugal se viu ameaçado pela Guerra dos Sete Anos que circundavam seu território, que embora tentasse se manter neutro no conflito, viu-se fragilizado ao constatar a decadência do seu Exército que gozava de paz desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1702-1714).

Tendo em vista a incompetência dos oficiais de seu próprio Exército para comandar as tropas, foi solicitado à Inglaterra um oficial para comandar o Exército Português, momento no qual o Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, discípulo de Frederico II, começou a modificar as estruturas do exército lusitano, diminuindo os problemas disciplinares, dentre outros que tornavam àquela força militar frágil perante seus desafios (CABEDA, 2019).

Em 1822, com a independência do Brasil, muitos outros novos problemas nasceram, principalmente com a abdicação ao trono de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, dando assim embrião ao projeto republicano, com suas polarizações políticas e a uma primeira onda de revoltas.

Os primeiros anos de independência foram turbulentos, caracterizados pela consolidação e pelo enraizamento do projeto monárquico no Brasil. Após a abdicação e o fim do reinado de D. Pedro I, segue-se o período das regências, marcado por muitas e violentas revoltas sociais decorrentes da crise intra-elites a respeito da organização do novo Estado. De um lado estavam os chamados restauradores, que pediam a volta do imperador e colocavam-se como ferrenhos defensores da Monarquia e da centralização administrativa e, de outro, a oposição, dividida em liberais

monarquistas e liberais radicais, que exigiam maior autonomia provincial e buscavam sempre medidas descentralizadoras, que privilegiassem o poder local. (ALMEIDA, 2013, p.10)

Com a abdicação do império por D. Pedro I, os grupos regionais, representados por elites locais, começaram a brigar por uma maior descentralização do poder. Os liberais que lutavam por esse projeto liberal-moderado, temiam um grande Exército, pois além da ala política dos restauradores quererem a volta do imperador, a maioria dos oficiais do Exército era formada por portugueses que poderiam auxiliar no possível retorno de D. Pedro I, acabando assim como seu projeto descentralizador (SCHMITT, 2012).

Além do medo dos liberais quanto a um possível apoio por parte do numeroso Exército aos restauradores, segundo Cabeda (2019), a disciplina do Exército já não era a mesma em que o Conde de Lippe havia deixado, apesar dos notáveis progressos alcançados na organização, instrução e disciplina do Exército Português.

Em um curto espaço de tempo, após a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1808, o país passou por diversos problemas, ligados principalmente às disputas por poder e à influência iluminista. Após a independência do Brasil em 1822, as rivalidades que tinham por fim a influência junto ao Império fizeram crescer diversas pressões internas que culminaram com a promulgação da Constituição em 1824.

Sete anos mais tarde, em 1831, o Imperador D. Pedro I se viu mais pressionado ainda pelas elites existentes, o que contribuiu para o abandono do trono, dando início ao período regencial, no qual o Brasil foi governado pelas regências provisória e permanente até que o Imperador D Pedro II estivesse em condições de exercer seu posto em plenitude, conforme assevera Almeida (2013).

Neste período, uma amálgama de problemas de ordem política, econômica e militar fizeram dar início uma primeira onda de revoltas, indo até 1835. Os problemas políticos, vinham do abandono do posto pelo imperador e das diversas pressões advindas das oligarquias querendo ditar os rumos políticos do país.

No ramo econômico o maior problema era o alto custo de vida que juntamente com as altas taxas de impostos e o fato da maior parte dos comércios serem liderados por portugueses, fizeram nascer um sentimento anti-lusitano (ALMEIDA, 2013).

No campo militar, a tropa que descera no Brasil trouxe boa parte dos vícios

da tropa lusitana, como indisciplina, desvios de conduta, deserções, descontentamentos como bem explica Cabeda (2019).

Todos esses problemas vividos pela tropas do Exército de 1ª Linha aliado às circunstâncias daquela época, fez com que, nesta primeira onda de revoltas, além da participação popular, elementos do Partido dos Exaltados incitassem corpos da guarnição da corte, o que tornou o próprio Exército Imperial um risco político, sendo esse um embrião do pensamento da formação da Guarda Nacional (RODRIGUES, 2006).

O fato de essas revoltas contarem com o apoio do elemento militar tornava-as ainda mais perigosas e a solução encontrada para controlar esse quadro foi a desmobilização do Exército e o fortalecimento de uma milícia civil que pudesse servir de instrumento de controle das “classes perigosas”, já que o Exército era composto basicamente por elas (ALMEIDA, 2013, p.10).

O medo instalado na Coroa com a anarquia do exército ficou insculpido nas palavras de Diogo Antônio Feijó, um dos fundadores do Partido Liberal:

A insubordinação de uma parte do corpo de polícia deu ocasião a reunir-se a tropa toda da capital no Campo de Honra, onde até hoje se conserva e consta que dirigem ao governo exigências extraordinárias. A cidade está submergida ao terror. Consta-me, não oficialmente, que os perversos em vários pontos tem já cometido assassínios, roubos, etc. As Guardas Municipais recolheram-se amedrontadas e porque achavam-se mal armadas e sem disciplina, não podem servir para estabelecer a ordem. (CALDEIRA, 1999, p.76 *apud*, RODRIGUES, 2006, p. 2)

Tendo em vista o estado de patente anarquia, em 1832, o Ministro da Guerra, o então Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, enviou à Câmara dos Deputados proposta de redução de efetivos militares, que saltou de 30.000 mil para 14.342 mil militares, traço redutor esse que persistiu até 1837, quando chegou a um contingente de 6.320 homens (RODRIGUES, 2006).

Ao se aglutinar todas as razões que sustentaram a redução do Exército de 1ª Linha, verifica-se que muitas se completavam. Segundo Rodrigues (2006), o Coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, ao assumir a pasta de guerra em substituição ao Gen José Manuel de Morais em julho de 1831, encontrou um Exército repleto de problemas de insubordinação e indisciplina, com muitos

mercenários contratados.

O regime de recrutamento herdado dos portugueses, continha um sistema de recrutamento que abarcava apenas os indesejados das províncias, os quais não desfrutavam de nenhum prestígio social por serem pouco idôneos e perigosos à tranquilidade pública. Além disso soma-se aos fatos, o estado de anarquia em razão da politização, após saída de D Pedro I, disseminado na tropa.

As doutrinas que tem querido levar o espírito do partido político até o alojamento do soldado, estavam fazendo dessa, mesma força armada um dos elementos que devem atualmente concorrer para a confusão e desordem com quem estamos a braços (RODRIGUES, 2006, Pg 2).

Diante de todos os problemas elencados anteriormente tais como - a indisciplina militar generalizada, receio de um contragolpe dos militares portugueses fiéis à D Pedro I, atividades de fisco que prejudicavam a aristocracia e violentos recrutamentos sob a massa geral da população com o rigor da Lei de Lippe – a legitimidade das ações do Exército ficou prejudicada, o que deu ensejo final para a criação de uma nova força cívico militar, a Guarda Nacional (COELHO, 1976).

As Guardas Nacionaes são creadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Imperio; para manter a obediencia ás Leis, conservar, ou restabelecer a ordem, e a tranquillidade publica; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras, e costas. (FARIA, 1977, p. 106)

Com o advento da Lei de 18 de agosto de 1831 é que foi criada a Guarda Nacional do império brasileiro, força militar criada sob forte influência de fator político, organizada dentro dos distritos, desligada da força regular do exército, fazendo com que o poder permanecesse nas mãos das autoridades locais.

2.1.2 A BATALHA E SUAS FASES

Segundo Bento (1995), os revoltosos foram liderados pelo então Coronel de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva, na ocasião, Comandante Superior da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, participando dos seus efetivos, militares e guardas nacionais que aderiram ao movimento, bem como fazendeiros e

charqueadores insatisfeitos pelo rumo econômico.

Foi neste conflito, que ficou consagrada a atuação de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, que aos 37 anos ficou conhecido como pacificador da Família Brasileira, bem como estrategista e tático consumado (BRASIL, 2019).

A Guerra dos Farrapos pode ser analisado em 5 fases diferentes, as quais aglutinam os feitos principais desta revolução e que como parte da solução das questões de estudo levantados neste artigo, ajuda a elucidar os aspectos militares que impactaram na defesa do Brasil durante a Guerra dos Farrapos.

A primeira fase do conflito é caracterizada por uma breve passagem na qual os revoltosos lançaram mão de um primeiro ataque, sendo o conflito iniciado em 20 de setembro de 1835 quando um grupo de 30 republicanos tomaram a capital de um destacamento imperial ainda menor, depondo o presidente da província que se refugiou em Rio Grande e depois Rio de Janeiro (ALBUQUERQUE, 2003).

Até o final de setembro daquele ano, aqueles que não aderiram ao movimento, foram neutralizados ou foram obrigados a emigrar. Como forma de legalizar a representatividade política e ficar de acordo com os interesses da província, o Dr Marciano Ribeiro foi posto presidente da província, sendo nomeado Comandante das Armas o Coronel Bento Manuel Ribeiro, ex coronel do Estado Maior do Exército destituído da fronteira de Rio Pardo (BRASIL, 2019).

Tendo em vista a repercussão da tomada da capital da província, o governo central nomeou o Dr. Araújo Ribeiro presidente da província, e enviou tropas imperiais que com a estratégia do major Manuel Marques de Souza, Porto Alegre foi reconquistada e os líderes dos revoltosos foram presos na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, o que caracterizou a segunda fase (BRASIL, 2019).

Após longos revezes entre as tropas imperiais e as farroupilhas, uma vitória importante dos farroupilhas nos Campos de Seival, em Bagé, fez com que o General Antônio de Souza Neto proclamasse em 11 de setembro de 1836 a República Rio Grandense e sua separação do Brasil (ALBUQUERQUE, 2003).

Ainda em 1836, Bento Gonçalves à frente de um exército de mais de mil homens tentou reconquistar Porto Alegre, ocasião em que além de não ter tido sucesso, foi capturado e preso na ilha de Fanfa, sendo mais tarde transferido para o Forte de São Martelo na então província de Salvador. Na sequência da derrota da reconquista da capital, os republicanos tentaram conquistar Rio Grande, e também não obtiveram sucesso, momento no qual foi aventado o audacioso plano de avançar para a conquista, por meio do litoral da província de Santa Catarina (ALBUQUERQUE, 2003).

Para chegar até Laguna, na Província de Santa Catarina, os republicanos precisavam passar pela Lagoa dos Patos, que estava sob o controle da Marinha Imperial, o que deu início ao episódio conhecido por Lanchões de Seival. Nesta ocasião, os revoltosos margearam a lagoa dos Patos do lado oposto e em um dado momento, atravessaram a barra de Tramandaí sob rodas de madeira puxadas por juntas de boi. A travessia desta faixa de terra, até chegar ao Oceano Atlântico sem que a Marinha Imperial tivesse percebido, possibilitou aos revoltosos a saída da Lagoa dos Patos, terminando na conquista do Porto Marítimo de Laguna, onde foi proclamada em 29 de julho de 1839 a República Juliana, a qual foi reconquistada pelos imperiais no início de 1840 (ALBUQUERQUE, 2003).

A terceira fase do conflito marca o início do declínio do movimento farroupilha, tendo em vista o desentendimento entre os próprios revoltosos e a marcha de volta ao Rio Grande do Sul. Nesta fase, os revoltosos estabeleceram capital em Caçapava sendo esta tomada pelas forças imperiais logo em seguida, obrigando-os a se guardarem em Alegrete, já na fronteira do Uruguai (BENTO, 1992).

A quarta fase é marcada principalmente pelo grande endividamento interno e externo da república, sendo este o marco que deu início aos movimentos de pacificação bem como de Assembleias Constituintes em virtude das discordâncias internas no próprio levante farroupilha (BENTO, 1992).

Assentada basicamente pelo fim da Guerra, a quinta fase tem início com a nomeação do Barão de Caxias como presidente e comandante das tropas estacionadas no Rio Grande do Sul. Os revoltosos com cerca de 3.500 homens apenas, e enfraquecendo-se sucessivamente, não possuíam mais condições de combater.

Em contraponto à situação dos farrapos, Caxias demonstrou astúcia nas táticas militares empregadas ao saber conduzir as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia bem como na conquista do apoio popular. Tais ações, após longas tratativas entre os líderes de ambos os lados, convergiu para a assinatura em 1845, na localidade de Poncho Verde, o tratado de paz com o império (ALBUQUERQUE, 2003).

2.1.3 O EXÉRCITO REPUBLICANO

O exército republicano era formado basicamente por homens brancos - guardas nacionais, estancieiros e fazendeiros - mestiços, negros e índios. Os

homens brancos eram em sua maioria descendentes da Guarda Nacional que, naquele momento, se identificaram com as causas farroupilhas e se rebelaram, tornando o efetivo militar da República de São Pedro do Rio Grande do Sul mais profissional, inclusive com organização similar ao exército imperial (SCHMITT, 2012).

Segundo Schmitt (2012), a organização da milícia republicana foi mudada aos poucos conforme a necessidade dos acontecimentos e inicialmente foram formadas quatro brigadas, sendo as duas primeiras exclusivamente formadas por guardas nacionais. A primeira foi comandada por Antônio Souza de Neto e a segunda por João Antônio. A terceira e a quarta brigadas eram mistas, possuindo, cavalarias da Guarda Nacional, corpos de artilharia, lanceiros e batalhão de caçadores voluntários, sendo a terceira liderada por José Mariano de Matos e quarta por Domingos Crescêncio de Carvalho.

Nos primórdios do movimento, o alistamento e recrutamento eram feitos sob os auspícios do juiz de paz e chefes das polícias locais, situação essa que mudou com o tempo tendo em vista o acirramento do combate e vultosas perdas no campo de batalha, forçando ao recrutamento ser menos burocratizado, o que diminuiu a importância desses funcionários ao passo de serem quase ignorados no final do combate (SCHMITT, 2012).

As nomeações de oficiais seguiam quase que na mesma linha, contudo, tendo em vista o ambiente de incerteza e desconfiança gerado pela guerra civil, a confiança para cargos de chefia eram preponderantes para o sucesso, e dessa forma, foi abolido a nomeação por eleição, trazida das leis imperiais e instalado o sistema de escolha direta do Comandante das Armas para escolha de oficiais do estado maior, bem como dos comandantes nos demais níveis para escolha de seus oficiais inferiores (SCHMITT, 2012).

Quanto à idade, inicialmente era usada a Lei de Criação da Guarda Nacional de 1831 em que os alistados deveriam estar entre 21 e 60 anos, sendo mais tarde a idade base alterada para 18 anos no caso da organização de corpos para o destacamento de Guardas Nacionais Farroupilhas. Em 1839, tendo em vista as acentuadas perdas relatadas na 2ª e 3ª fases do combate, os republicanos diminuíram para a 14 anos a idade mínima, conforme segue o periódico oficial da província rebelde a seguir

Artigo único. Assim para o recrutamento da 1ª Linha, como no alistamento para os Corpos das Guardas Nacionais, (...); serão chamados os moços

de idade de quatorze anos incluzive para cima, huma vez que tenhaó a necessária robustez e agilidade para o serviço; os quaes serao licenciados, e enviados a seus domicilios do momento em que cessando a actual crize, se não fizerem necessarios os seus serviços. (O POVO, 1930: 159).

Em Schmitt (2012), da análise do recrutamento emancipado, imagina-se a situação de necessidade de formar tropa a que chegaram os revolucionários. Observa-se que isso gerou atritos entre os oficiais do exército de 1ª Linha, pois essas crianças não podiam assentar no exército de 1ª Linha, vindo a incorporar na Guarda Nacional, o que prejudicava o combate contra o Exército Imperial, impossibilitando-os o recrutamento na 1ª Linha .

Saíram cartas de peditórios a todos os pais de família para alistarem seus filhos nas Guardas Nacionais, e não contentes com isto foram oficiais para os departamentos com a evasiva de reunirem os Guarda Nacionais que por ali tinham ficado, e alistaram meninos que por pequenos andam nas escolas, por cuja razão nunca se poderão aumentar os Corpos de 1a Linha de que tanto precisamos, (...) (SCHMITT, 2012, Pg 563)

Com a dificuldade de recrutamento latente, na tentativa de recrutamento de jovens em idade escolar, a Guarda Nacional Republicana começou a contar com o reforço de negros, que deram origem ao corpo de lanceiros, que integraram a 1ª Linha do exército farroupilha. Longe da temática de tentativa de suavizar as relações étnicas, a aceitação de negros teve um cunho militar, ao invés do econômico para aceitação nas fileiras da 1ª Linha do Exército, contudo cabe salientar que não era indistintamente a aceitação dos negros no exército farroupilha, grande parte era retirada da fazenda de senhores de terra legalistas ou comprados dos farroupilhas que resolvessem vendê-los (SCHMITT, 2012).

Nas lições de Albuquerque (2003), os negros desempenhavam papel importante nas fazendas, as quais serviam de base de apoio para o exército farroupilha, produzindo desde a charque e produtos relacionados ao gado, como também pequenas lavouras tais como batata doce, milho, abóbora, melancia entre outros produtos, sendo por isso poupados dos alistamentos na maioria das vezes.

Ainda sobre a tentativa desesperada de ampliar o seu contingente militar, os farroupilhas também recorreram ao alistamento compulsório de índios, que representavam uma participação geralmente menor e na maioria das vezes atuavam como domadores de cavalos, além de integrante dos corpos de milícia,

mormente a dos lanceiros (NEUMANN, 2014).

Na maior parte de todas as batalhas desta guerra, os farroupilhas foram numericamente inferiores, sendo seus números entre 5 e 10 mil homens durante todo o conflito, já o exército imperial contava com 8 mil homens inicialmente e na ofensiva final com cerca de 11.400. Ou seja, próximo de 2/3 de todo o exército imperial estava empenhado no teatro de operações sul, tendo alcançado seus pequenos êxitos por meio de táticas de guerrilha, utilizando-se principalmente da grande capacidade de mobilidade, fruto da exímia montaria e do elaborado conhecimento e uso do terreno (ALBUQUERQUE, 2003).

Na esfera social, grande parte dos militares da Guarda Nacional, por serem oriundos destas terras, ali possuíam vínculos, sendo possuidores de terra nos rincões limítrofes do território, o que gerou uma comunidade que possuía uma relação social acostumada com a rudeza do campo e com os conflitos armados que impediam a expansão dos vizinhos platinos. Na mesma linha de raciocínio, os efetivos militares advindos das fazendas, eram formados pelos bandos armados e milícias em torno do senhor de terra - fazendeiro - somados aos agregados e peões que prestavam todo o tipo de serviço, incluídos aí a participação em escaramuças constantes com os povos castelhanos, bem como mais tarde, servindo de tropa aos republicanos, principalmente devido às características de virilidade e coragem, naturais do homem no campo (ALBUQUERQUE, 2003).

Em uma rápida análise da história, nenhuma outra guerra no período regencial durou tanto tempo. E nas reflexões do historiador Albuquerque (2013), esse tempo longínquo foi devido ao fornecimento de base de apoio que as fazendas prestavam, bem como também à proximidade dos gaúchos com a fronteira, situação que permitiu que muitos estancieros tivessem suas propriedades dos dois lados, contribuindo para o contrabando de armas, munições, vestimentas e alimentos para as tropas farroupilhas e assim, aumentando o tempo de permanência no combate das tropas republicanas.

Em última análise e que da pesquisa consta, restam evidentes que o exército farroupilha não era regular e nem organizado, conforme lição a seguir:

(...) tropas farroupilhas nunca foram um Exército regular e organizado. Sua função era a guerrilha. (...) iam e vinham os soldados voluntários a seu bel-prazer. Batiam-se, perseguiram ou dispersavam-se, conforme exigiam os acontecimentos ou ordenavam os chefes (MARIANTE, 1985, p.60).

A Revolução Farroupilha começou basicamente na sequência do Ato Adicional de 1834, quando se resolveu descentralizar o exército, podendo ser esta a razão da centralização de algo tão poderoso como é a união de homens em armas.

2.1.4 O EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO E O PLANO ESTRATÉGICO DE CAXIAS

Desde a abdicação do trono por D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil experimentou diversas revoltas com ideais liberais. Caxias já tinha pacificado as do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, sendo por isso, tido como experiente em combates dessa natureza. (BRASIL, 2019)

Após quase 7 anos de combate com os republicanos sem um fim pacífico, em 9 de novembro de 1842, o Marechal Luís Alves de Lima e Silva é posto Comandante em Armas do Exército Imperial, conseguindo aplicar uma estratégia vencedora ao Exército Imperial e ao mesmo tempo ser reverenciado pelos revoltosos. (BRASIL, 2019)

Assim que assumiu o posto de Comandante em Armas do Exército Imperial, Caxias, em 10 dias, passou em revista aos hospitais militares, depósitos de guerra e batalhões imperiais de São José do Norte, Pelotas e São Gonçalo. Dos 21 mil homens do Exército Imperial existentes em todo o território nacional, Caxias detinha 11.549 praças que dentre os quais, 4.549 guarneciam as cidades e os outros 7 mil estavam divididos em 3 grandes divisões, sendo a primeira comandada pelo brigadeiro Felipe Néri de Oliveira, a segunda sob o comando do coronel Jacinto Pinto de Araújo Correia, e a terceira comandada pelo coronel João da Silva Tavares (MENDES, 2010).

Na condução das tropas no teatro de operações do sul, Caxias teve que lidar com contingenciamento de gastos, realizando economia de meios para a Fazenda Nacional ao demitir os serventes responsáveis pela remoção da areia das trincheiras, incumbência essa repassada à própria guarnição. Além disso, outra economia de meios realizada por Caxias foi enviar para a Corte os militares enfermos, inválidos, rebeldes, presos ou condenados pelo Conselho de Guerra, ajudando dessa forma também, na disciplina da tropa (MENDES, 2010).

No ano em que Caxias tomou posse do cargo, 1842, Caxias procurou organizar rapidamente a tropa sob seu comando afim de que no ano seguinte pudesse operar em melhores condições. O aumento do efetivo foi um dos objetivos

bem sucedido, contudo, a quantidade de cavalhadas ainda era bem inferior ao oponente, pois a aproximação dos farrapos aos platinos facilitavam-lhes os suprimentos. Tal fato foi possível graças aos farroupilhas desenvolverem uma relação amistosa com os governos platinos, sendo inclusive, seus líderes, Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto e David Canabarro, proprietários de terra no Estado Oriental, atual Uruguai (MENDES, 2010).

Além das dificuldades enfrentadas pelas tropas imperiais relativas à falta de cavalhadas e do cerco dos revoltosos para defenderem as vantagens do livre tratado comercial com os platinos que lhes rendiam suprimentos de armamentos e cavalaria, eram constantes as reclamações dos soldados referentes às condições em que estavam submetidos, vindo muitos deles a pedirem baixa, conforme a carta a seguir escrita por Caxias ao imperador e enviada por meio do Correio Militar de Porto Alegre:

As tropas estacionadas na fronteira da capitania são em número de três mil homens, compostas de soldados da região e de uma legião de paulistas. Esses homens não recebem soldo há vinte e sete meses, e há três anos que vivem apenas de churrasco, sem pão, farinha e sal. A ração de cada homem é de quatro libras de carne por dia, e apenas se alimentam das partes mais gordas e carnudas do animal. Os oficiais comem fígado com carne, como se fosse pão; os soldados usam esse alimento, torrando parte de suas rações, que comem com o resto, assado de maneira comum (MENDES, 2010, Pg 32)

Segundo Mendes (2010), apesar de todas os problemas enfrentados, no primeiro semestre de 1843, Caxias se viu pronto para a guerra, podendo se posicionar e se movimentar na província, conseguindo estabelecer a organização imperial na província, dividida em 16 Corpos de 1ª Linha, 12 da Guarda Nacional e três Esquadrões da mesma Guarda, totalizando 31 corpos, além de hospitais em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Com esse efetivo, partia agora para a guerra, posicionando e movimentando as tropas pela província.

2.1.5 A GUERRA DE OCUPAÇÃO - CONFLITO EM BOTUCARAÍ

Tendo vista as ações dos farroupilhas na Serra Geral serem rápidas, de pouca envergadura e natureza irregular, eles conseguiram êxito sobre as tropas

imperiais anteriores à Caxias. Ciente deste fato, Caxias inovou na tática militar, que ao invés de fazer como os comandantes das tropas passadas que apenas fortificavam cidades e portos, Caxias acrescentou uma estratégia defensiva a uma ofensiva, tendo a cautela e a oportunidade como pontos principais. Caxias utilizando-se de informações recebidas enviou o capitão Benedito Martins para prender Rafael Tobias de Aguiar, chefe dos rebeldes da província de São Paulo que tentou se juntar com os rebeldes da província gaúcha, sendo capturado e conduzido à prisão da Fortaleza de Villegaignon (MENDES, 2010).

Para impedir qualquer tentativa de soltura do rebelde paulista, bem como frustrar a união de revoltosos, Caxias mobilizou 1.150 na região de cima da Serra, o que mobilizou os rebeldes concentrados em Cruz Alta. Em seguida, Caxias ordenou que a 1ª divisão, com dois mil homens tomassem o Passo de Santa Bárbara e marchassem para o passo de São Sepé, fazendo assim a vanguarda. A Serra Geral que possuía essas duas direções, Cruz Alta - Botucaraí e Santa Bárbara – São Sepé, foram ocupadas pelas tropas imperiais, Caxias interditando o uso da serra pelos revoltosos, fechando a movimentação dos revoltosos, o que representou de fato o primeiro isolamento territorial rebelde, além da primeira ação da guerra de posição do Exército Imperial (MENDES, 2010).

2.1.6 A FORTIFICAÇÃO EM SÃO GABRIEL

A estratégia de Caxias era dispor tropas imperiais nos principais pontos de acesso da província e realizar reconhecimento pessoal na campanha, buscando realizar marchas com corpos pesados para evitar ser surpreendido pelo inimigo. Caxias atravessou o passo de São Borja no Rio Santa Maria atrás dos rebeldes, confrontando-os e perseguindo-os até Santana do Livramento, quando então os rebeldes procuraram asilo no Estado Oriental, na altura de Cunhaperu. Sabendo da proximidade das tropas imperiais e com superioridade em cavalcadas, os rebeldes se evadiam para Bagé. Caxias percebendo desgaste de suas tropas que marchavam longas distâncias, prefere descansar a tropa e deixar a 2ª Divisão Imperial sob a liderança do Coronel Jacinto Pinto de Araújo Correa em São Gabriel com a bagagem pesada (MENDES, 2010).

Em franca desvantagem de cavalcadas, Caxias encomendou 3 mil cavalos dos platinos, recebendo-os na margem direita do Rio Tacuarembó-Grande para assim então poder investir na caçada aos farroupilhas que partiram para Bagé. A instalação da 2ª Divisão Imperial e o descanso de suas tropas na região tiveram

duas razões que podem ser encaradas como ação tática e logística, sendo a primeira fechar os espaços de movimentação na serra para os rebeldes e a segunda razão era receber mais cavalos, podendo movimentar o seu exército mais rapidamente na perseguição até Bagé (MENDES, 2010).

A região da campanha gaúcha sofria muito com o assédio dos insurgentes, pois com a guerra civil instalada e com o Decreto de Piratini de 11 de novembro de 1836, todas as mercadorias, entre elas os gados, animais, cavalos, escravos e imóveis pertencentes aos riograndenses, agora pertenceriam à causa Farroupilha. Quando em dificuldades logísticas ou em escaramuças desvantajosas, os rebeldes recorriam aos seus partidários cisplatinos, muitos deles estabelecidos em Rivera, situação essa que fazia com que os rebeldes obtivessem grande vantagem logística em relação ao Exército Imperial (MENDES, 2010).

Enquanto Caxias se encontrava longe do acampamento em direção a Bagé, os rebeldes planejaram e executaram uma emboscada à São Gabriel. Os insurgentes eram liderados por João Antônio da Silveira que com quatrocentos homens deflagraram uma violenta marcha sobre o acampamento imperial, matando 15 soldados imperiais e roubando parte dos cavalos e bois (MENDES, 2010).

Caxias, ao tomar conhecimento do fato, contramarchou imediatamente em direção à São Gabriel, deixando a divisão de Bento Manuel prosseguir até o objetivo final. Neste episódio, Caxias entendeu que era urgente a necessidade de mais cavalos, chegando a encomendar mais 6 mil cavalos dos orientais. Além disso, o comandante do Exército encarou o descuido do coronel Jacinto Pinto de Araújo Correa como criminoso e mandou abrir um Conselho de Investigação, resultando no afastamento desse oficial de seu comando, e reorganizou a sua tropa, dividindo-a agora em apenas 2 divisões, uma comandada por ele e a outra por Bento Manuel (MENDES, 2010).

Deste episódio em diante, Caxias empenhou-se em melhorar as instalações em São Gabriel por entender que esta cidade era estratégica, pois além de garantir o controle sobre as missões, impedia os rebeldes de tentarem qualquer assédio à região serrana (MENDES, 2010).

2.1.7 A OCUPAÇÃO DE ALEGRETE

Na guerra de posição empreendida por Caxias, seu exército estabeleceu posição no litoral, na Serra e nas Missões, faltando apenas a Campanha, região essa que abrigava boa parte dos rebeldes. Como ponto do triângulo estratégico de

posicionamento, Caxias nomeou o coronel José Ribeiro de Almeida como comandante da comarca de Alegrete, fechando-se ali mais uma porta de acesso aos rebeldes, que agora era em larga medida fortificada com 120 homens e que servia de linha de movimentação do Exército Imperial (MENDES, 2010).

O brigadeiro Bento Manuel que havia recebido ordens de Caxias para perseguir as tropas de Canabarro, Boa-Ventura e Guedes que vagavam pelo município de Alegrete, deixou o coronel Francisco de Arruda Câmara com o 9º Batalhão de Caçadores e 8º Corpo de Cavalaria no Serro de Vacaguá para assim ganhar maior agilidade na perseguição. Um grupo de rebeldes de Canabarro contramarcharam contra as tropas do coronel Arruda que guarneciam as peças de artilharia e apetrechos de guerra tomados dos farroupilhas em Pai-Passo e após intensos tiroteios, foram debelados pelas tropas do coronel Arruda (MENDES, 2010).

Canabarro então tentou uma concessão com o coronel Arruda, enviando-lhe uma intimação que não foi aceita pelo coronel, mesmo tendo os rebeldes uma tropa de mais de três vezes o seu efetivo, seguindo-se assim sete dias de contínuos tiroteios no qual as tropas imperiais sagraram-se resistentes até a divisão comandada por Bento Manuel chegar e afugentar os farroupilhas que foram para o Sul (MENDES, 2010).

Em estudo, Mendes (2010) relata que a tática ofensiva praticada pela tropa imperial de guarnecer alguns pontos estratégicos, principalmente aqueles relativos aos acessos da região fazia com que em meio à ofensiva, fossem necessárias algumas ações defensivas, particularmente porque os rebeldes evitavam o combate em campo aberto contra as tropas imperiais e preferiam os saques e emboscadas. As posições conquistadas e mantidas por Caxias faziam com que os rebeldes estivessem agora sem condições de realizar ataques de grande envergadura, restando-lhes apenas a circulação na região fronteira com o Uruguai, recebendo assim o auxílio e proteção de Rivera.

Apesar do Exército Imperial possuir o controle de todo o litoral, das Serras, Missões e boa parte da Campanha, Caxias decidiu reorganizar novamente a sua tropa, inovando desta vez com um destacamento mais móvel, a comando de Moringue, devendo esta tropa ser responsável pelo assédio das tropas farroupilhas em Piratini, sendo assim, embrionariamente lançada a tática de guerra de movimento na qual os combates era mais cautelosos e decisivos (MENDES, 2010).

2.1.8 A BATALHA EM PONCHO VERDE

Depois dos episódios em São Gabriel e Alegrete, a divisão de Bento Manuel foi diminuída para 1424 praças do 9º Batalhão de Caçadores e pelo 3º Batalhão de Fuzileiros. No dia 25 de maio de 1843 os farroupilhas aguardavam a divisão do Exército Imperial de Bento, tendo Antônio de Souza Neto e David Canabarro armado uma arapuca para o comandante imperial. Ao chegar em Poncho Verde, Bento se deparou com todo o Exército Farroupilha com mais de 3.000 mil homens, e assim iniciou uma batalha que durou quatro horas e acabou com cem baixas, 150 feridos e mais de 300 extraviaram-se do lado farrapo e 35 baixas e 65 feridos do lado imperial (MENDES, 2010).

Depois da batalha em Poncho Verde, ficou evidente que as tropas imperiais possuíam uma melhor eficiência e os combatentes rebeldes já estavam cansados de uma guerra que estava levando à província, a completa falência de recursos. Após a Batalha em Poncho Verde, ocorreram muitas rupturas nas tropas farrapas, pois as discordâncias, a falta de recursos, e principalmente o extravio dos insurgentes eram constantes (MENDES, 2010).

Além das táticas militares de guerra de posição e de movimento implementadas por Caxias, o Comandante das Armas também soube utilizar a estratégia de cada vez mais cooptar os insurgentes descontentes para o seu lado. Aproveitando-se do momento de desunião dos rebeldes, Caxias ofereceu anistia aos revoltosos, que aos poucos, aceitavam e com isso foi corroendo o poder de combate dos farrapos (MENDES, 2010).

Em 1844, o empenho do soldado farrapo já não era mais o mesmo, de um lado ele via o soldado imperial sendo bem tratado, inclusive ganhando insígnias por bravura, e do outro lado, ele via uma sociedade cada mais desgostosa com a forma de combater dos farrapos que saqueavam, roubavam e por onde passavam deixavam um rastro de desordem e caos (MENDES, 2010).

Com essa estratégia de diminuir o inimigo sem necessariamente combatê-lo, em pouco tempo, muitos soldados gaúchos mudaram de lado, tornando o combate daqueles que persistiam nos ideais da revolução ainda mais difícil. A situação se tornou tão caótica que líderes do movimento, em meio às escaramuças de emboscada, roubos, saques e refúgio nas terras uruguaias, começaram a tratar com Caxias sobre os termos, que um ano mais tarde, levariam ao fim desta guerra (MENDES, 2010).

A notícia de que líderes do movimento estavam negociando um termo de tratado de paz com o Exército Imperial abalou ainda mais a confiança entre os

farrapos. A ideia de que a guerra poderia acabar com um simples acordo não passava na mente de muitos rebeldes e ao ser aventada, Caxias deu esperança não só aos soldados farroupilhas, que se imaginavam lutando até a morte e cada vez mais se viam sem esperança, mas também, à população gaúcha, que tiveram muitas pessoas levadas pelo confronto, além de seus pertences saqueados (MENDES, 2010).

A Batalha em Poncho Verde é considerado um marco pois foi tido como um ponto de inflexão no qual o poder de combate farrapo foi demasiadamente degradado ocasionando muitas discórdias entre os líderes do movimento. Um dos símbolos da decadência do movimento foi a renúncia de Bento Gonçalves aos seus cargos, momento no qual José Gomes de Vasconcelos Jardim foi empossado no cargo de presidente da província e David Canabarro de Comandante do Exército Farroupilha David Canabarro.

Apesar da rivalidade de vaidades entre os líderes farrapos e de um forte declínio das tropas farrapas, Caxias mantinha a ordem aos seus comandantes de tropa poupar o máximo de vidas do oponente, sendo esta qualidade observada pelos líderes farrapos que viam na sua atitude humanidade e verdade, inclinando o final da guerra para termos mais pacíficos de ambos os lados (MENDES, 2010).

Na batalha campal travada no sul do Brasil, Caxias soube estudar o inimigo que além de grande manobrabilidade, detinha um grande conhecimento do terreno, não obstante o controle de quase todas as cavalhadas da província, e o cerco nas fronteiras platinas para o recebimento de cavalos para as forças imperiais (BRASIL, 2019).

A estratégia adotada por Caxias se concentrou inicialmente em inverter este quadro de mobilidade, reorganizando a tropa imperial com suprimento vindo dos países vizinhos, o que representou uma superioridade em cavalhadas e em última instância, possibilitou a ocupação das cidadelas das Campanhas e das Missões, fortificando-as e fechando as linhas de suprimentos advindas de países fronteiriços (BRASIL, 2019).

Caxias, na sequência de suas ações, procurou conduzir a guerra no inverno, provocando o desgaste das cavalhadas dos republicanos e de seus soldados prematuramente, inovando assim ao quebrar uma tradição de interromper a guerra no inverno. Além disso, Caxias foi incisivo na aplicação dos princípios de guerra de manobra, ofensiva, segurança e unidade de comando, conseguindo vantagem estratégica e dissuasória por meio do emprego cauteloso de suas tropas ante o oponente conhecedor do terreno que praticava táticas de guerrilha e emboscadas

(BRASIL, 2019).

Embora o Duque de Caxias tenha se destacado naturalmente nas ações de natureza primordialmente militar, foi na importância dada às considerações civis que Caxias ficou conhecido, pois procurou não levar a guerra contra a população civil e aos soldados farrapos que se rendessem. No âmbito das ações de grande humanidade de Caxias, deve ser registrado a recuperação da igreja de Canguçu, o estímulo ao crescimento econômico para sobrevivência das localidades atingidas pela guerra e o tratado de perdão e anistia aos que despusessem as armas e as condições honrosas de tratado de paz (BRASIL, 2019).

Todos esses aspectos fizeram de Caxias um chefe militar à frente do seu tempo, selando a Paz de Poncho Verde em 1ª março de 1845, e por seus feitos, que possibilitaram a o reencontro da família brasileira, foi mantido na presidência da província e de Comandante das Armas, sendo depois eleito senador vitalício, cargo que exerceu durante 30 anos (BRASIL, 2019).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da pesquisa bibliográfica realizada, buscou-se consultar obras e documentos que narram os fatos históricos a respeito da Guerra dos Farrapos, mais atinentes aos aspectos militares que influenciaram a defesa do Brasil neste período. Tendo em vista o tema já ter sido amplamente debatido nos meios acadêmicos, a pesquisa girou ao redor de textos que pudessem enriquecer fatores específicos da questão de estudo, sendo por isso abordado os antecedentes da batalha, suas fases e o estudo do Exército Farroupilha e do Exército Imperial

Conforme lecionam Neves e Domingues (2014), “os resultados obtidos pelo pesquisador devem ser expostos de forma clara, objetiva e sintética”, sendo por isso extraídos da metodologia um resumo das observações obtidas e compilados para um entendimento unísono.

Do que se depreende dos antecedentes da guerra, observa-se segundo a visão de Rodrigues (2006) e Cabeda (2019) que o Exército Imperial era regido por forte indisciplina e problemas de insubordinação, pairando na maioria das vezes como uma força armada pouco idônea, formada por classe mais abastada da sociedade e de mercenários estrangeiros contratados, que com o Brasil, não guardavam nenhum sentimento patriótico, cujo recrutamento era baseado no rigor da Lei de Lippe que devido aos exageros, causava revolta na sociedade.

Continuando a sua linha de raciocínio, a mestrandia Rodrigues (2006), segundo fala do então Gen José Félix, relata que membros do Partido Exaltado incitaram revoltas em quartéis, o que levou a anarquia aos corpos de guarda.

Cabeda (2019) em seu artigo, trabalha apenas os antecedentes do Exército Português e sua estreita relação com o código de Lippe, ajudando a confirmar o trabalho de Coelho (1976), Almeida (2013) e Rodrigues (2006).

Almeida (2013) em seu trabalho, além de abordar com profundidade as heranças portuguesas nos primeiros passos brasileiros, também defini a situação das tropas, bem como detalha a parte política, dando ênfase na criação da Guarda Nacional, a qual foi criada, pois segundo o autor, alguns militares aderiram as revoltas instaladas no país, o que gerou uma necessidade iminente de desmobilização da tropa e criação consecutiva de uma milícia civil que pudesse servir de instrumento de controle de classes perigosas.

Os posicionamentos de Almeida são confirmados por Schmitt (2012) que dedica todo o seu trabalho ao estudo do Exército Farroupilha. Em estudo, o autor vai além das vicissitudes que foram o embrião da criação da Guarda Nacional e detalhamento de sua organização e ações, asseverando que a existência da Guarda Nacional, com suas características legais, pode ter sido a chama motriz da revolta em questão pois os descontentamentos com o império eram muitos e a descentralização dessa força cívico-militar de cunho profissional deu força ao movimento.

Como conclusão de seu trabalho, Schmitt (2012) traz a passagem de Mariante, que parafraseando Pandiá Calógeras, afirma que os rebeldes não dispunham de um Exército regular e nem organizado e que agiam conforme os acontecimentos, sem planejamento. Essas questões são de notável explicação, principalmente devido à forma de alistamento e recrutamento utilizado pelos rebeldes, que no terço final da guerra, até crianças e reformados eram aproveitados.

Na parte dos estudos que se encarregou de traçar a campanha como um todo, a quantidade de bibliografia foi diminuída haja vista obras descritas por historiadores militares e alguns civis conterem muito mais detalhes do que no mesmo tema de acervo civil menos rebuscado. Em destaque, a obra que traça com maior profundidade sobre o tema foi a de Bento (1992), a qual destaca a presença de vários líderes militares presentes, sendo usada pelo Exército Brasileiro como parte integrante da bibliografia da Biblioteca do Exército. Outro que merece destaque e que complementa o conteúdo de Bento, é Albuquerque (2003),

abordando aspectos sociológicos, econômicos e militares sobre a Guerra dos Farrapos.

Em suas palavras, Bento (2012) ao fasear o conflito, detalhar os feitos dos líderes e táticas usadas, destaca de forma macro o esforço de guerra do Exército Imperial, o qual deslocou metade de seu efetivo para a campanha sulina. Albuquerque (2003) por sua vez, segue o rito cronológico da batalha, lembrando fatos marcantes da guerra, como a tomada de cidades, prisão de dissidentes e manobras militares ousadas.

No seu texto, Albuquerque (2003) explora as relações sociológicas que identificam o espírito combativo do farroupilha que se entrelaçam entre as tradições indígenas, rudeza campeira e escaramuças constantes entre os invasores hispânicos, sendo comum entres eles essa relação de confiança e virtudes militares. Mais à frente, o autor narra a audácia farroupilha na manobra da travessia da barra de Tramandaí em que navios de guerra foram carregados por carros de boi até o oceano Atlântico.

Em parte do estudo dedicado ao Exército Republicano, a obra de Schmitt (2013) se destaca pelo aprofundamento quanto à formação e organização da Guarda Nacional, posicionamentos por vezes confirmados por Neumann (2014) e por Albuquerque (2003) no tocante aos integrantes desse efetivo, bem como às suas funções. Em suma, Schmitt (2012) relata que a Guarda Nacional era formado por várias partes da sociedade, contudo, a maior parte era de homens brancos, que já tinham alguma experiência militar, sendo milicianos ou guarda municipal, seguidos dos estancieiros, e seus peões como em menor caso, pelos índios que cuidavam particularmente das montarias e dos negros, estes últimos vendidos por outros republicanos ou roubados das fazendas que que não quiseram aderir ao movimento.

Em final de sua obra, fica claro que os farrapos, por mais que tivessem se espelhado na organização do Exército Imperial e inicialmente tivessem muitos meios de cavalaria e logísticos com as fazendas e contrabandos via a banda Oriental, faltou-lhes estudo de tática e estratégia militar para vencer o conflito, evidentes na parte final, mormente em sua desarrazoada forma de recrutamento e ações de guerrilha, muitas vezes perdedoras.

Para relatar as características do Exército Imperial, a obra de maior impacto é a de Mendes (2010). Em sua obra, é possível ver detalhes das batalhas mais importantes, bem como assimilar as táticas e estratégias implementadas, mormente por Caxias.

Conforme já estudado na obra de Bento (1992), Caxias utilizou-se de várias táticas de guerra, entre elas a de cercar o oponente, isolando-o logisticamente; agir estrategicamente entre o concertos das nações para providenciar o suprimento necessário, mesmo que o país vizinho estivesse negociando com o seu oponente ; economia de meios ; ter levando em consideração a humanidade de tratamento com a população civil e aqueles que se despuserem em armas, recuperando igrejas e fomentando economicamente as cidades assoladas pela guerra, o que representou em ambas situações o elevado conceito da opinião pública; fortificação de pontos estratégico, situação na qual se fez forte nas regiões de passagem e cidades importantes; modificação da organização do Exército Imperial que era modular e se arquitetava conforme a necessidade da batalha.

No tocante aos termos da pacificação, Caxias ofereceu um tratado de paz honroso, aceitando além de anistia aos revoltosos, incorporar os oficiais que assim desejassem ao Exército Imperial, bem como libertou os escravos que haviam lutado na guerra. Essas ações, como bem explica Bento (1992), fizeram de Caxias não só um chefe militar reconhecido por militares e civis.

A desfecho da guerra por meio de um termo de paz, anistiando os insurgentes, perdoando todos os ocorridos, bem como valorizando e incorporando as patentes militares que existiam no outro Exército, foi importante para que futuramente o Brasil pudesse contar com o empenho militar dos gaúchos na campanha contra Oribe e Rosas e na Campanha da Guerra do Paraguai, fazendo com que o Exército Brasileiro unisse as táticas já consagradas no campo de batalha e diversos líderes militares experientes ao patriotismo e coragem do povo gaúcho, o que faz do Brasil uma potência sul-americana em termos territoriais e militares até hoje.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão do tema A Atuação do Exército Brasileiro na Defesa do Brasil na Guerra dos Farrapos sob ênfase dos aspectos militares, rememorando os feitos históricos brasileiros e valorizando todo o esforço desmedido em prol de uma nação unida.

Na revisão de literatura foi possível identificar os antecedentes da guerra que o condicionaram, sendo assim faseados todos os principais conflitos,

mostrando táticas e estratégias mais proeminentes que geraram frutos à ambos os lados. Além disso, foi mostrado a organização e principais aspectos militares do dois Exércitos, com destaque para as ações do Duque de Caxias frente ao Exército Imperial.

Do todo exposto, pode-se depreender que a principal consequência para a defesa do Brasil, sob o enfoque dos aspectos militares aqui estudados referentes à Guerra dos Farrapos, é a forte presença militar na região sul do Brasil, sendo hoje o Comando Militar do Sul conhecido por ser a elite do combate convencional no Exército Brasileiro.

Na análise dos antecedentes do conflito, pode-se perceber que o Exército Imperial Brasileiro, descendente direto do Exército Português, trouxe consigo vários problemas deste. Um dos problemas verificados foi a incitação de cunho político no interior dos aquartelamentos, o que contribuiu para corrosão da disciplina e hierarquia e ocasionando diversos problemas de anarquia e indisciplina que futuramente fomentaram a diminuição do efetivo do Exército de 1ª Linha e criação da Guarda Nacional em 1831.

Os males gerados a partir da incitação política dentro das forças armadas levaram em última análise ao descrédito perante à população e assim diminuição da legitimidade no uso da força sobretudo pela falta de ética e moral nas ações de seus soldados, sendo talvez por isso, a atual proibição de veiculação de propaganda política partidária no interior das organizações militares bem como a instrução de educação moral e cívica, traços marcantes presentes na disciplina militar prestante.

Ainda sobre os antecedentes da guerra e em relação ao Exército Português, base da formação do Exército Imperial Brasileiro, observa-se que outra causa da anarquia em que ficou mergulhado deve-se também em parte ao ócio generalizado após a Guerra de Sucessão da Espanha. Após o conflito citado, os lusitanos deixaram seu Exército sem o devido treinamento por se acharem confortáveis em relação à manutenção de suas fronteiras e que devido ao fato de terem sido invadidos pelo Exército Francês e de sua incapacidade de reagir a tal fato, demonstram em primeira linha a importância da história militar em rememorar estes fatos para que sejam registrados como ensinamentos e em segunda instância a necessidade das forças armadas estarem em constante preparação e treinamento, por melhor que sejam suas relações diplomáticas.

A região sul do Brasil sempre foi muito assediada pelos países vizinhos e em destaque pela gaúchos insurgentes contra a forma de administrar da corte, algo

muito comum na época do período regencial tendo em vistas as diversas revoltas ocorridas no período.

A Guerra dos Farrapos foi a maior guerra deste período e nela restaram evidenciados diversos aprendizados militares, sobretudo nas áreas de cavalaria, logística, na validação dos ensinamentos táticos, e principalmente na forma humana e pacífica com que Caxias conduziu a guerra.

A guerra que durou quase 10 anos segregou a região sul do restante do Brasil, e talvez se não fosse o empenho de metade do exército imperial na mão do habilidoso Duque de Caxias, o território brasileiro poderia estar fragmentado conforme os ideais republicanos da época, sendo a unidade territorial um legado do Exército Brasileiro em prol da Defesa do Brasil.

No estudo das ações do Exército Farroupilha, observa-se que o mesmo se utilizara da formação militar de seus líderes e do corpo de guardas nacionais disponíveis em seu território para o seu emprego tático. Tendo em vista suas menores capacidades, os insurgentes evitavam confrontos diretos, aplicando na maioria das vezes táticas de guerrilha para obterem vantagens pontuais que pudessem compensar a pouca habilidade de seus soldados frente ao Exército Imperial que já se profissionalizava no tema militar desde 1810, data da instalação no Brasil da Real Academia Militar.

Na atuação farroupilha durante o confronto, inicialmente, pode-se evidenciar a coragem e bravura dos insurgentes, frente a um Exército muito mais poderoso. No campo do estudo dos fatores de decisão, o revoltoso, por ser nativo, conduziu por muitos anos uma habilidosa operação defensiva, explorando ao máximo as características do terreno e das condições climáticas ao seu favor, tática essa quebrada por Caxias ao conduzir a guerra em pleno inverno, atingindo o inimigo quando ele estava menos preparado, sendo essa inovação mais um aspecto importante na atuação do Exército na defesa do Brasil.

Como conclusão final, no tocante ao Exército Imperial e ao plano estratégico de Caxias, deve-se ter o cuidado de reservar a estrutura existente na época para se ter uma noção das dificuldades passadas pelos nossos antepassados. A unidade nacional só foi possível de ser alcançada devido ao esforço do Exército Imperial Brasileiro na época que movimentou metade de seu efetivo, algo em torno de 12 mil homens para o teatro de operações no sul do país.

Vendo-se sob o ponto de vista da atualidade, a movimentação desse número de homens e disso implicar uma enorme necessidade de coordenação e controle seria um grande desafio em todos os sentidos, contudo, ao se levar em

consideração as características daquele momento histórico, podemos concluir que além de um desafio foi um verdadeiro sacrifício.

O cenário dos líderes militares era de pouca ou quase nenhuma rede logística, sem comunicação à longa distância, pouco conhecimento do terreno, condições meteorológicas adversas, poucos recursos financeiros e tecnológicos que possibilitassem a permanência no combate. Todos esses problemas enaltecem ainda mais a habilidade de Caxias em conduzir a guerra ao seu fim.

Assim que Caxias assumiu seu cargo de Comandante em Armas do Exército, ele concentrou-se em reunir primeiramente as melhores condições para poder vencer o conflito. Dito isso, resta como ensinamento a sua preparação em conseguir mantimentos, demais necessidades para que a sua tropa pudesse combater o oponente conhecedor do terreno.

O segundo ensinamento de Caxias foi ocupar as localidades, sobretudo as de maior valor militar, como as que ficavam nas encruzilhadas e passagens que facilitavam o deslocamento. No desenrolar do combate, Caxias se preocupou em reorganizar e movimentar o seu Exército conforme a sua necessidade, conseguindo em muitas ocasiões atingir o inimigo com surpresa.

Por último e talvez o que mais lhe caracteriza, a guerra conduzida por Caxias foi, além de uma vitória militar, pelo emprego tático e estratégico de suas ações e suas inovações, um vitorioso exemplo de humanidade mesmo em confronto armado, sendo por isso considerado como o pacificador, pois sem dúvida, a forma com que tratou as localidades envolvidas e o povo gaúcho, lhe renderam apoio e admiração da própria população, adquirindo um grande respeito dos gaúchos que o elegeram senador por 30 anos após o conflito.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)**. São Paulo. Editora Saraiva, 2003.

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **A secretaria de Estado dos Negócios de Guerra**. Rio de Janeiro: Editora ARQUIVO NACIONAL. 2013

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Coleção Varela**, 18 vols. Porto Alegre: 1978-2009.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1986

BENTO, Cláudio Moreira, **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992. 2.V

BRASIL. Exército Brasileiro. **Revolução Farroupilha 1835-1845**. RJ, 2019, Disponível em: < http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/a-revolucao-farroupilha-1835-1845>. Acesso em 4 de maio 2019.

CABEDA, Corálio Bragança Pardo, **A SOMBRA DO CONDE DE LIPPE NO BRASIL: OS ARTIGOS DE GUERRA**. 2019, Disponível em : < <http://www.acadhistoria.com.br/outextos/Cabeda%20-%20A%20Sombra%20do%20Conde%20de%20Lippe.pdf> >. Acessado em 17ago2019

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. (Dissertação de mestrado).

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003
- MACHADO, Elton Licério Rodrigues. **A HISTÓRIA MILITAR E O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO: 200 ANOS DE HISTÓRIA**. AMAN, 2010
- MARIANTE, Hélio Moro. **Farrapos: Guerra à Gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.
- MENDES, Jeferson dos Santos. **O barão de Caxias na Guerra contra os farrapos**. Passo Fundo. 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NEUMANN, Eduardo Santos, “**UM SÓ NÃO ESCAPA DE PEGAR EM ARMAS**”:AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA GUERRA DOS FARRAPOS (1835-1845). São Paulo, Rev. Hist. 2014
- NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro. 2007
- O POVO. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. **Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército Brasileiro no período Regencial (1831- 1840)**. História Militar, UFPR, 2006.
- SCHMITT, Ânderson Marcelo, **GUARDA NACIONAL NA GUERRA DOS FARRAPOS: FORMAÇÃO DAS TROPAS FARROUPILHAS (1835-1845)**, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande - RS. Brasil

SHULZ, John. **O EXÉRCITO NA POLÍTICA: A ORIGENS DA INTERVENÇÃO MILITAR (1850 - 1894)**. São Paulo: Edusp. 1994

SOUZA, Adriana Barreto de. **A serviço de sua Majestade: a tradição militar portuguesa na formação do generalato brasileiro (1837-50)**, In: CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 167.